

ESTATUTO SOCIAL DA “CONEXÃO ANCESTRAL – POVOS DA FLORESTA”

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º - Sob a denominação de “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”, fica instituída esta associação civil sem fins lucrativos, constituída como Organização Não-Governamental (ONG), e que se regerá por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes.

Art. 2º - A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” terá sua sede e foro na cidade de Nova Friburgo -RJ, na Estrada Pedra Riscada, s/nº, km 6, Lumiar, CEP 28616-080 podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação, bem como no exterior.

Art. 3º - O prazo de duração da Associação é indeterminado.

Art. 4º - A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” tem por finalidade empoderar e promover a autonomia dos povos indígenas e comunidades tradicionais, mediante a implementação de programas de educação empreendedora e empresarial, a preservação e difusão de suas manifestações culturais e a execução de projetos e ações ambientais e de sustentabilidade, voltados ao desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma integrada e contínua.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:

I – Desenvolver programas de educação empreendedora e empresarial voltadas para os povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo: cursos de gestão, finanças e marketing; mentoria para pequenos negócios e cooperativas; apoio na formalização de empresas, sempre orientados pelos princípios do etnodesenvolvimento, de modo a respeitar e fortalecer os modos de vida tradicionais;

II – Implementar ações de preservação da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo: incentivo a atividades culturais; registro de saberes ancestrais; programas educativos para crianças e jovens, garantindo que tais iniciativas estejam alinhadas ao fortalecimento da autonomia cultural e econômica das comunidades;

III – A preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de: engajamento das comunidades em projetos sustentáveis; parcerias com organizações ambientais para reflorestamento e preservação de biomas; desenvolvimento de práticas ecológicas nas atividades econômicas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando o etnodesenvolvimento como instrumento para integrar saberes e práticas em favor da sustentabilidade;

IV – A promoção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com combate a todo o tipo de discriminação étnica, social, e ao trabalho forçado e infantil, incentivando a construção de políticas inclusivas e o fortalecimento da participação em espaços de decisão;

V – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, em consonância com a diversidade cultural e justiça social.

Parágrafo Segundo – Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 5º – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias ou eleitorais, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO II – DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Art. 6º – A Associação terá as seguintes fontes de custeio, a fim de alcançar sua sustentabilidade financeira:

I – Doações de empresas e pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, desde que compatíveis com os objetivos institucionais;

II – Apoio da estrutura da empresa patrocinadora, Pagnier Comércio Ltda., e de parceiros internacionais, mediante cessão de recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos ou logísticos;

III – Estabelecer parcerias com universidades, instituições financeiras e entidades do serviço social autônomo, voltadas à cooperação técnica, à pesquisa, à capacitação profissional e ao financiamento de projetos e programas alinhados à missão da Associação;

IV – Desenvolvimento de projetos sustentáveis, tais como a criação e apoio a cooperativas, incentivo à produção de bens e serviços ecológicos;

V – Contribuições dos Associados, ordinárias ou extraordinárias, quando estabelecidas pela Assembleia Geral, fixadas em valores proporcionais às categorias de associados;

VI – Receitas de eventos, campanhas e outras atividades de captação de recursos, incluindo seminários, feiras, rifas, leilões beneficentes, cursos, formações e promoções culturais;

VII – Parcerias com o poder público em regime de mútua cooperação, mediante a execução de atividades ou de projetos por meio de termos de colaboração e de fomento conforme legislação aplicável;

VIII – Financiamento coletivo por meio de plataformas digitais e aportes complementares de apoiadores;

IX – Editais do setor público, nas esferas municipal, estadual e federal, para financiamento de projetos, programas e atividades alinhadas ao objeto social da Associação;

X – Editais do setor privado, nacionais ou internacionais, promovidos por empresas, fundações, institutos ou organizações multilaterais que apoiem iniciativas sociais, culturais, ambientais e de inovação; e

XI – Propagação de produtos promocionais e institucionais, incluindo materiais de divulgação, artesanato, publicações, conteúdos digitais, vestuário ou outros itens, sendo eventuais rendas revertidas para a manutenção das atividades da Associação.

CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art. 7º – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” é constituída por número ilimitado de associados, classificados nas seguintes categorias:

I – Associados Efetivos: aqueles que contribuem regularmente para a Associação, possuindo direito a voz e voto nas Assembleias Gerais, podendo candidatar-se e exercer cargos nos órgãos da Associação, conforme disposto neste Estatuto;

II – Associados Contribuintes: aqueles que prestam apoio financeiro e/ou material à Associação, sem direito a voto nas Assembleias Gerais, nem a se candidatar ou exercer cargos nos órgãos da entidade;

III – Associados Honorários: pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços relevantes à Associação, sendo reconhecidas por mérito, sem, contudo, possuir direito a voto, nem a se candidatar ou exercer cargos nos órgãos da Associação.

Parágrafo Primeiro – A admissão de novos associados, de qualquer categoria, será deliberada pela Diretoria Executiva, com posterior homologação pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – A exclusão de associado deverá ser precedida de notificação formal com prazo mínimo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, sendo garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – Da decisão da Diretoria Executiva sobre exclusão de associado caberá recurso à Assembleia Geral no prazo de 15 (quinze) dias, cuja decisão será soberana.

Parágrafo Quarto – A qualidade de Associado é intransmissível, e os direitos associativos são pessoais e intransferíveis, excetuada a hipótese do art. 31, deste Estatuto.

Art. 8º – São direitos dos Associados Efetivos:

- I – participar das Assembleias Gerais, com direito a voz e voto;
- II – requerer a convocação da Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;
- III – participar de todas as atividades promovidas pela Associação;
- IV – requerer a dispensa de qualquer cargo, eletivo ou não, que esteja ocupando;
- V – propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalhos, quando designados para essas funções;
- VI – apresentar propostas, programas e projetos de ação para a Associação;
- VII – ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;
- VIII – candidatar-se e desempenhar cargos dos Poderes Sociais, se eleitos ou nomeados;
- IX – pedir e obter o afastamento ou desligamento do quadro social da Associação.

Parágrafo Único – O associado em atraso com a contribuição associativa, caso fixada, não poderá votar nem ser votado, sendo-lhe assegurado o direito de voz e de petição;

Art. 9º – São direitos dos associados contribuintes e honorários:

- I – participar das Assembleias Gerais, com direito a voz;
- II – participar das atividades promovidas pela Associação;

- III – apresentar pedidos, sugestões, críticas construtivas ou reclamações a qualquer dos Poderes Sociais, e deles receber a devida resposta;
- IV – pedir e obter o afastamento ou desligamento do quadro social da Associação.

Art. 10 – São deveres dos Associados:

- I – observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade;
- II – cumprir e fazer este Estatuto e as normas e acordos dele emanadas;
- III – pagar as contribuições associativas em dia, caso fixadas;
- IV – cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da Associação e difundir seus objetivos e ações;
- V – comparecer às Assembleias Gerais e participar das atividades promovidas pela “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;
- VI – comunicar à Diretoria qualquer alteração de seus dados cadastrais.

Art. 11 – Os Associados poderão ser excluídos ou suspensos por justa causa e/ou falta grave, reconhecida em procedimento administrativo interno, que assegure direito à ampla defesa e de recurso, nos termos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro – O procedimento administrativo seguirá as seguintes etapas:

- I – notificação formal do associado, por escrito ou meio eletrônico com a confirmação de recebimento, indicando de forma clara e objetiva: a) a conduta considerada falta grave ou justa causa; b) os dispositivos estatutários ou regimentais supostamente violados; c) prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos para a apresentação de defesa escrita e de documentos;
- II – análise da defesa pela Diretoria Executiva, que poderá colher depoimentos, documentos e informações adicionais, elaborando parecer fundamentado;
- III – deliberação da Diretoria Executiva, em reunião convocada especialmente para este fim, devendo a decisão ser registrada em ata. A decisão de exclusão dependerá do voto favorável da maioria absoluta de seus membros;
- IV – comunicação ao associado da decisão, por escrito ou meio eletrônico com comprovação de recebimento;
- V – direito de recurso à Assembleia Geral, que deverá ser interposto pelo associado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da ciência da decisão da Diretoria Executiva;

VI– julgamento pela Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim, garantida a participação do associado para sustentação oral de sua defesa, com tempo mínimo de 15 (quinze) minutos;

VII – a decisão da Assembleia Geral será soberana e irrecorrível, devendo ser registrada em ata.

Parágrafo Segundo – Durante a tramitação do procedimento, o associado permanecerá no pleno exercício de seus direitos estatutários, salvo se a conduta apurada representar risco iminente à integridade física de pessoas, ao patrimônio ou à imagem da Associação, hipótese em que poderá ser preventivamente suspenso por decisão da Diretoria Executiva até o julgamento definitivo.

Parágrafo Terceiro – Considera-se justa causa para exclusão ou suspensão:

I – violação do Estatuto, do Regimento Interno ou das deliberações dos órgãos da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

II – conduta incompatível com os princípios e objetivos da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

III – prática de atos que prejudiquem, moral ou materialmente, a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

IV – inadimplência das contribuições associativas por período superior a seis meses, sem justificativa aceita pela Diretoria.

V – a prática de atos criminosos contra a Associação e/ou seus Associados.

Parágrafo Quarto – Considera-se falta grave, passível de exclusão ou suspensão:

I – provocar ou causar prejuízo moral ou material para a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

II – a não reparação de eventual dano causado a Associação, quando convocado para tanto;

III – a falta injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas ou alternadas da Assembleia Geral ou do Órgão a que pertencer o associado.

Parágrafo Quinto – O procedimento será iniciado por provocação de qualquer Associado Efetivo ou por decisão da Diretoria Executiva.

Parágrafo Sexto – O associado que desejar desligar-se da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” deverá comunicar sua decisão por escrito à Diretoria Executiva, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa, e essa dará conhecimento à Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – Os associados não responderão, em qualquer hipótese, pessoal ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da Associação.

CAPÍTULO IV – DOS PODERES SOCIAIS

Art.12 – A Associação é constituída pelos seguintes órgãos sociais:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal; e
- IV – Conselho Curador.

CAPÍTULO V – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13 – A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, podendo ser:

- I – Ordinária; ou
- II – Extraordinária.

Art. 14 – A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 1 (uma) vez por ano.

Parágrafo Primeiro – A destituição de qualquer dos membros da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal somente poderá ocorrer por deliberação de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos associados efetivos, em Assembleia especialmente convocada para este fim, e desde que comprovada justa causa em procedimento regular.

Parágrafo Segundo – A dissolução da Associação somente poderá ser deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim, exigindo-se o voto favorável de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos associados efetivos presentes, não podendo deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados.

Art. 15 – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente, ou por carta assinada por pelo menos $\frac{1}{5}$ (um quinto) dos Associados Efetivos.

Parágrafo Único -A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á por meio eletrônico, endereçado a todos os associados, e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 16 – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, 30

(trinta) minutos após, por maioria simples (50%+1), e em uma terceira convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo Único - Terão direito a voto nas assembleias apenas os Associados Efetivos em dia com a contribuição associativa.

Art. 17 – Compete à Assembleia Geral:

- I – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as demais normas dele decorrentes;
- II - apreciar e aprovar o Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- III – aprovar o orçamento para o exercício seguinte;
- IV – apreciar, em grau de recurso, a aplicação de pena de suspensão ou exclusão do quadro social, aplicada pela Diretoria Executiva;
- V – autorizar a alienação ou oneração de bens imóveis, após disponibilizado o laudo da sua avaliação;
- VI – aprovar propostas de normas apresentadas pela Diretoria;
- VII– estabelecer o valor das contribuições associativas, quando for o caso;
- VIII – homologar a decisão da Diretoria Executiva que admita novos associados;
- IX – decidir, em grau de recurso, sobre a negativa de admissão ou a exclusão de associados;
- X – deliberar sobre a dissolução e/ou extinção da Associação, bem como sobre a destinação de seu patrimônio nessa hipótese;
- XI – eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, ou destituí-los, neste último caso exigindo-se Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, e a aprovação de 3/5 dos Associados.

CAPÍTULO VI – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” será dirigida por uma Diretoria Executiva, composta por 4 (quatro membros) Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos, por maioria simples dos presentes à Assembleia Geral em que ocorrer a eleição, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – A administração caberá ao Presidente, o qual representará a Associação em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da Associação, com

poderes específicos e mandato com prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração, salvo as outorgadas a advogado em processo judicial, que poderão ser com prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – A Diretoria Executiva deliberará sobre a admissão, desligamento a pedido, suspensão e exclusão de Associados Efetivos, Contribuintes e Honorários, observados os critérios e requisitos estabelecidos neste Estatuto.

Art. 19 – O Presidente da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” visando imprimir maior operacionalidade às ações da Associação, deverá assumir as seguintes atribuições, ou delegá-las à Diretoria Executiva, quando necessário, para:

I – coordenar e dirigir as atividades gerais específicas da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

II – celebrar convênios e realizar a filiação da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” a instituições ou organizações;

III – representar a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;

IV – encaminhar, anualmente, aos Associados Efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanço anual;

V – contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

VI – elaborar e submeter aos Associados Efetivos o Orçamento e Plano de Trabalho Anuais;

VII – propor aos Associados Efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;

VIII – propor aos Associados Efetivos a fusão, incorporação e extinção da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;

IX – adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembleia Geral;

X – elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;

XI – monitorar e avaliar os resultados dos projetos;

XII – exercer o voto de qualidade nas deliberações da Diretoria, em caso de empate;

XIII – nomear cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, quando houver vacância de qualquer deles, até a próxima Assembleia Geral de eleição;

XIV – exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.

Parágrafo Único – É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer Associado praticar atos de liberalidade às custas da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”.

Art. 20 –Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II – auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;

III – assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância, até a realização de nova eleição;

IV – coordenar as relações institucionais da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”.

V – gerenciar os canais de comunicação da Associação, incluindo redes sociais e website;

VI – organizar eventos, campanhas e ações de sensibilização.

Art. 21 - Compete ao Tesoureiro:

I – arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos destinados à Associação;

II – efetuar os pagamentos de todas as obrigações da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

III – assinar, juntamente com o Presidente, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem responsabilidade financeira da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”;

IV – apresentar relatórios financeiros mensais à Diretoria e anuais à Assembleia Geral;

V – elaborar o balanço anual e a prestação de contas, submetendo-os ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;

VI – manter os recursos financeiros da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” depositados em instituições financeiras;

VII – coordenar a captação de recursos para os projetos.

Art. 22 - Compete ao Secretário:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais, redigindo as atas;
- II – manter sob sua guarda os livros, documentos e arquivos da secretaria;
- III – organizar e manter atualizado o cadastro de associados;
- IV – coordenar as atividades de comunicação interna e externa;
- V – coordenar a produção de materiais informativos e educativos;
- VI – gerenciar os canais de comunicação da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”, incluindo redes sociais e website;
- VII – organizar eventos, campanhas e ações de sensibilização;
- VIII – promover a visibilidade das ações da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

Art. 23 – O primeiro Conselho Fiscal será instituído no ato da fundação da Associação, mediante nomeação direta da Assembleia de Constituição, com mandato inicial de 3 (três) anos e eleitos nas Assembleias Gerais de eleição, a cada (3) três anos.

Art. 24 – O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos, todos Associados Efetivos em pleno gozo de seus direitos, vedada a participação simultânea de membros da Diretoria Executiva.

Art. 25 – O mandato dos Conselheiros será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 26 – Poderão candidatar-se a compor o Conselho Fiscal apenas os associados que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – ser Associado Efetivo em pleno gozo de seus direitos;
- II – estar adimplente com todas as obrigações perante a Associação;
- III – não ter sofrido suspensão nos 10 (dez) anos anteriores à eleição;
- IV – não possuir condenação judicial transitada em julgado por crimes contra a administração pública, contra o patrimônio, contra a fé pública, ou outros que comprometam a idoneidade; e

V – ter disponibilidade para participar ativamente das reuniões e atividades do Conselho Fiscal.

Art. 27 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da Associação, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;

II – opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da Associação sempre que necessário;

III – comparecer, quando convocados, às Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário; e

IV – opinar sobre a dissolução e liquidação da Associação.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

CAPÍTULO VIII – DO CONSELHO CURADOR

Art. 28 – O Conselho Curador é órgão de natureza estratégica e fiscalizatória, destinado a preservar a missão institucional, atuando como conselho consultivo da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva em matérias relevantes.

Art. 29 – O Conselho Curador será composto por 3 (três) membros, sendo:

I – o Fundador, Frans Pagnier, membro efetivo, que exercerá a função em caráter vitalício e automático, presidindo o Conselho;

II – 2 (dois) membros indicados pelo Presidente, com mandato de 5 (cinco) anos, permitida a recondução.

Parágrafo Primeiro – O exercício de cargo da Diretoria Executiva não é incompatível com o de cargo do Conselho Curador.

Parágrafo Segundo – Em respeito à missão institucional da Associação e à integridade de seus propósitos fundacionais, fica assegurado ao Fundador, o poder de veto quanto às deliberações dos órgãos da Associação que, a seu juízo fundamentado, possam contrariar ou desvirtuar os princípios, valores e objetivos constantes deste Estatuto.

Parágrafo Terceiro – O exercício desse poder terá caráter excepcional e protetivo, destinando-se exclusivamente à preservação da coerência institucional com a finalidade social da Associação, não podendo ser utilizado para fins pessoais, políticos ou estranhos à missão institucional.

Parágrafo Quarto – O Fundador, ao exercer o poder de veto, deverá apresentar fundamentação escrita e circunstanciada, indicando de forma clara as razões pelas quais entende que determinada deliberação fere os ideais da Associação.

Parágrafo Quinto – O veto fundacional terá efeito imediato, assegurando-se à Assembleia Geral, por decisão de três quartos (3/4) dos Associados Efetivos, revogar a decisão de veto.

Parágrafo Sexto – Este poder tem natureza pessoal e intransferível, extinguindo-se automaticamente em caso de falecimento ou renúncia expressa de seu titular.

Art. 30 – Compete ao Conselho Curador:

I – emitir parecer prévio e opinativo sobre propostas de alteração estatutária, destituição do Presidente e dissolução da entidade, matérias essas de competência exclusiva da Assembleia Geral, nos termos do art. 59 do Código Civil;

II – acompanhar a gestão administrativa e financeira da entidade, emitindo recomendações à Diretoria Executiva e à Assembleia Geral;

III – zelar pelo cumprimento da missão institucional e pelo respeito às finalidades definidas no estatuto;

IV – recomendar ao Fundador o exercício do direito de veto, sem que essa recomendação ou a ausência dela o obrigue a exercê-lo ou deixar de exercê-lo.

Art. 31 – Em caso de renúncia, falecimento ou impossibilidade definitiva do Fundador, este poderá indicar sucessor para assumir sua cadeira vitalícia sem, no entanto, sucedê-lo no direito de veto. Na ausência de indicação, os demais membros do Conselho Curador deliberarão sobre a sucessão, observando, sempre que possível, a linha sucessória familiar ou pessoa de confiança previamente designada pelo Fundador.

CAPÍTULO IX – DAS ELEIÇÕES

Art. 32 – As eleições para os cargos da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Fiscal, serão realizadas a cada 3 (três) anos.

Parágrafo Primeiro – Será formada uma Comissão Eleitoral para cada eleição, composta por 3 membros, sendo 2 (dois) associados que não ocupem cargos na Diretoria Executiva.

Parágrafo Segundo – Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pela Diretoria Executiva dentre os associados efetivos.

Art. 33 – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão eleitos por escrutínio pessoal, sendo apresentadas candidaturas em chapa para cada órgão. Somente se admitirão chapas com a composição completa do órgão.

Parágrafo Primeiro – Cada associado somente poderá candidatar-se a um único cargo por processo eleitoral, vedada a acumulação de candidaturas

Parágrafo Segundo – Cada Associado Efetivo poderá votar em uma chapa para cada órgão.

Art. 34 – As eleições serão convocadas pelo Presidente da Associação, que presidirá a respectiva Assembleia.

Parágrafo Primeiro – A convocação, que deverá ser feita com um mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, será formulada por edital em que conste:

I – prazo, forma e local para a inscrição das candidaturas; e

II – local, data e horário da votação.

Parágrafo Segundo – O edital será encaminhado a cada um dos associados por meio eletrônico.

Art. 35 – Será considerado inelegível o associado efetivo que:

I – esteja em débito com a Tesouraria da Associação por 3 (três) meses;

II – tenha tido o seu mandato cassado, na forma do art. 17, XI, deste Estatuto, na gestão imediatamente anterior;

III – esteja suspenso do quadro social, ainda que provisoriamente, por decisão dos órgãos competentes da Associação;

IV – esteja privado, por decisão judicial transitada em julgado, dos direitos civis, políticos ou associativos;

V – esteja cumprindo penalidade disciplinar aplicada nos termos deste Estatuto ou de regulamentos internos;

VI – não atenda aos requisitos de qualificação, experiência ou tempo mínimo de filiação eventualmente previstos neste Estatuto para o exercício do cargo pretendido.

VII – possua conduta incompatível com os princípios e objetivos da Associação;

Art. 36 – As candidaturas aos cargos eletivos da Associação deverão ser apresentadas por meio escrito ou eletrônico, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia Geral destinada às eleições.

Parágrafo Primeiro – O pedido de inscrição será protocolado junto à Secretaria da Associação.

Parágrafo Segundo – Compete à Comissão Eleitoral, designada pela Diretoria Executiva e formalizada pela Assembleia Geral, analisar e homologar as candidaturas, podendo indeferi-las de forma fundamentada, em caso de descumprimento dos requisitos estatutários.

Parágrafo Terceiro – Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso à Assembleia Geral, que deliberará em caráter definitivo. Interposto o recurso, a candidatura será divulgada, junto às homologadas, como “sub judice”.

Parágrafo Quarto – As candidaturas homologadas deverão ser divulgadas a todos os associados, por meio eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da eleição.

Art. 37 – A eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será realizada, trienalmente, em Assembleia Geral Ordinária, observados os prazos e condições estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro – O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral, que terá a responsabilidade de organizar, fiscalizar e garantir a lisura, a transparência e a igualdade de condições entre os candidatos.

Parágrafo Segundo – A votação será secreta e direta, admitida, quando possível, a utilização de meios eletrônicos, desde que assegurados o sigilo do voto, a autenticidade e a integridade do processo.

Parágrafo Terceiro – Somente poderão votar os associados efetivos que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários na data da eleição.

Parágrafo Quarto – A apuração dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da votação, em sessão pública da Assembleia, pela Comissão Eleitoral, que proclamará os eleitos e lavrará a respectiva ata.

Parágrafo Quinto – Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

Parágrafo Sexto – Em caso de empate, será considerado eleita a chapa cujo candidato ao cargo mais alto:

I – tiver maior tempo de filiação ininterrupta à Associação;

II – persistindo o empate, a decisão caberá à Assembleia Geral, por meio de nova votação restrita aos candidatos empatados.

Parágrafo Sétimo – Eventuais recursos referentes ao processo eleitoral deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da proclamação do resultado, sendo apreciados pela Assembleia Geral em caráter definitivo.

Art. 38 – Os eleitos para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado pela Comissão Eleitoral, salvo se a Assembleia Geral deliberar por prazo diverso, não superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – O mandato terá duração de 3 (três) anos, permitida a reeleição de quaisquer dos integrantes do órgão respectivo, para o mesmo cargo ou cargo diverso naquele órgão, ressalvadas disposições específicas previstas neste Estatuto.

Parágrafo Segundo – O exercício do cargo é pessoal e intransferível, sendo vedada a delegação total das funções atribuídas, exceto em casos de afastamento temporário justificado, nos termos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro – Considerar-se-á vago o cargo nos seguintes casos:

- I – renúncia expressa, comunicada por escrito à Diretoria Executiva;
- II – falecimento do titular;
- III – perda da condição de associado efetivo;
- IV – destituição do cargo por decisão da Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;
- V – ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 12 (doze) meses, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

Parágrafo Quarto – Em caso de vacância, caberá à Diretoria Executiva, com homologação do Conselho Curador, designar substituto para exercer o cargo pelo tempo restante do mandato.

CAPÍTULO X – DO PATRIMÔNIO

Art. 39 – O patrimônio da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” será constituído nos termos do Capítulo II, mantida sua autonomia patrimonial e sendo vedada a atribuição de quota ou fração do patrimônio social a qualquer Associado.

Art. 40 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Primeiro – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou concedentes.

Parágrafo Segundo – Em caso de dissolução da Associação, o remanescente do seu patrimônio será destinado a uma entidade congênere, de fins não econômicos, com sede e atuação no Brasil, preferencialmente na área de defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e preservação ambiental, a ser designada pela Diretoria Executiva, com homologação do Conselho Curador e posterior aprovação da Assembleia Geral, convocada exclusivamente para este fim, por $\frac{3}{4}$ dos seus membros.

CAPÍTULO XI – DO REGIME FINANCEIRO

Art. 41 – O exercício financeiro da “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 42 – As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

Art. 43 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” não distribuirá, entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, lucros, participações ou parcelas do seu patrimônio.

Art. 44 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art. 45 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 46 – O Conselho Fiscal terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Art. 47 – A Associação poderá instituir remuneração para seus dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

Art. 48 – A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:

I – a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

III – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parceria conforme previsto em regulamento;

IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Associação, enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 – É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 50 – Uma vez preenchido o requisito temporal previsto no art. 9º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que exige o transcurso de no mínimo 3 (três) anos de funcionamento, a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” poderá requerer seu enquadramento como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da legislação vigente.

Art. 51 - A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” poderá ser dissolvida com deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, observado o quórum qualificado previsto neste Estatuto.

Parágrafo único: A “Conexão Ancestral – Povos da Floresta” declara, para os devidos fins, que já cumpre os demais requisitos estabelecidos na referida Lei nº 9.790/1999, inclusive os constantes do seu artigo 1º, estando orientada pela promoção de finalidades sociais voltadas ao interesse público, sem fins lucrativos e com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, conforme estabelece os termos do presente Estatuto Social.

Art. 52 – Na hipótese de a “Conexão Ancestral – Povos da Floresta”, perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o respectivo acervo patrimonial disponível, que tenha sido diretamente adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.